

**FERNANDO CAPEZ**

Procurador de Justiça licenciado e Deputado Estadual. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (2007-2010). Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo (2015-2017) e Presidente do Colégio de Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil (2015-2017). Mestre pela USP e Doutor pela PUC-SP. Professor da Escola Superior do Ministério Público e de Cursos Preparatórios para Carreiras Jurídicas. Autor de obras jurídicas.

CURSO DE  
PROCESSO  
PENAL

26ª edição  
2019

saraiva  jur

ISBN 978-85-53602-70-4

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-3/7057

Capez, Fernando

Curso de processo penal / Fernando Capez. – 26. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B  
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
**SAC** | 0800-0117875  
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h  
[www.editorasaraiva.com.br/contato](http://www.editorasaraiva.com.br/contato)

**Direção executiva** Flávia Alves Bravin  
**Direção editorial** Renata Pascual Müller  
**Gerência editorial** Roberto Navarro

**Consultoria acadêmica** Murilo Angeli Dias dos Santos

**Edição** Eveline Gonçalves Denardi (coord.)  
Aline Darcy Flôr de Souza

**Produção editorial** Ana Cristina Garcia (coord.)  
Carolina Mihoko Massarhi  
Rosana Peroni Fazolari

**Arte e digital** Mônica Landi (coord.)  
Claudirene de Moura Santos Silva  
Fernanda Matajs  
Guilherme H. M. Salvador  
Tiago Dela Rosa  
Verônica Pivisan Reis

**Planejamento e processos** Clarissa Boraschi Maria (coord.)  
Juliana Bojczuk Fermينو  
Kelli Priscila Pinto  
Marília Cordeiro

Fernando Penteado  
Mônica Gonçalves Dias  
Tatiana dos Santos Romão

**Novos projetos** Fernando Alves

**Diagramação** Fabricando Ideias Design Editorial  
**Revisão** Lígia Alves

**Capa** Aero Comunicação  
**Produção gráfica** Marli Rampim  
Sergio Luiz Pereira Lopes

**Impressão e acabamento** EGB Editora Gráfica Bernardi Ltda.

1. Processo penal 2. Processo penal - Jurisprudência - Brasil I. Título.

18-1070 CDU 343.1

Índice para catálogo sistemático:

1. Processo penal : Direito penal 343.1

**Data de fechamento da edição: 21-12-2018**Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605149 CAE 630557

## ÍNDICE

<i>Sobre o Autor</i> .....	7
<i>Abreviaturas</i> .....	9
<i>Prefácio</i> .....	41
1. Introdução.....	45
1.1. Conceito de processo penal.....	45
1.2. O processo penal e o direito de punir .....	45
1.3. Conteúdo do processo penal.....	47
Questões .....	48
2. Jurisdição .....	49
2.1. Interesse, pretensão, conflitos de interesse e litígio.....	49
2.2. Autotutela.....	50
2.3. Autocomposição.....	51
2.4. A intervenção de terceiro, a mediação e o processo .....	51
2.5. Características da jurisdição .....	53
2.5.1. Substitutividade .....	53
2.5.2. Escopo de atuação do direito.....	53
2.5.3. Inércia .....	54
2.5.4. Imutabilidade (ou definitividade) .....	54
2.5.5. Lide.....	54
2.6. Princípios próprios da jurisdição.....	55
2.6.1. Investidura .....	55
2.6.2. Indelegabilidade.....	55
2.6.3. Inevitabilidade .....	55
2.6.4. Inafastabilidade (ou princípio do controle jurisdic- cional) .....	55
2.6.5. Juiz natural.....	55
2.7. Finalidades da jurisdição .....	56
2.8. Espécies de jurisdição .....	56

2.9. Jurisdição necessária.....	57
Questões.....	57
3. Processo.....	58
3.1. Processo, procedimento e relação jurídica processual.....	58
3.2. Elementos identificadores da relação processual.....	59
3.2.1. Sujeitos processuais.....	60
3.2.2. Objeto da relação processual.....	60
3.2.3. Pressupostos processuais.....	60
3.3. Formas do procedimento.....	61
3.4. Princípios gerais informadores do processo.....	64
3.4.1. Imparcialidade do juiz.....	64
3.4.2. Igualdade processual.....	64
3.4.3. Contraditório.....	64
3.4.4. Ampla defesa.....	66
3.4.5. Da ação ou demanda.....	66
3.4.6. Da disponibilidade e da indisponibilidade.....	67
3.4.7. Oficialidade.....	68
3.4.8. Oficiosidade.....	68
3.4.9. Da verdade formal ou dispositivo.....	68
3.4.10. Da verdade material ou da livre investigação das provas.....	68
3.4.11. Do impulso oficial.....	69
3.4.12. Da persuasão racional do juiz.....	69
3.4.13. Da motivação das decisões judiciais.....	69
3.4.14. Publicidade.....	70
3.4.15. Lealdade processual.....	71
3.4.16. Economia processual.....	71
3.4.17. Celeridade processual.....	71
3.4.18. Duplo grau de jurisdição.....	73
3.4.19. Juiz natural.....	73
3.4.20. Promotor natural.....	74
3.5. Pretensão punitiva.....	74
3.6. Princípios informadores do processo penal.....	75
3.6.1. Verdade real.....	75
3.6.2. Legalidade.....	77
3.6.3. Oficialidade.....	78
3.6.4. Oficiosidade.....	78
3.6.5. Autoritariedade.....	78
3.6.6. Indisponibilidade.....	78

3.6.7. Publicidade.....	79
3.6.8. Contraditório .....	79
3.6.9. Iniciativa das partes ( <i>ne procedat iudex ex officio</i> ) .....	80
3.6.10. <i>Ne eat iudex ultra petita partium</i> .....	81
3.6.11. Identidade física do juiz.....	81
3.6.12. Devido processo legal .....	82
3.6.13. Inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos .....	82
3.6.14. Estado de inocência .....	83
3.6.15. <i>Favor rei</i> .....	84
3.6.16. Brevidade processual.....	84
3.6.17. Promotor natural .....	84
3.7. Tipos de processo penal.....	85
3.7.1. Acusatório .....	85
3.7.2. Inquisitivo.....	85
3.7.3. Misto .....	85
Jurisprudência .....	86
Questões.....	88
4. Eficácia da lei processual penal no tempo .....	89
Jurisprudência .....	93
Questões.....	93
5. Eficácia da lei processual penal no espaço.....	94
Questões.....	95
6. Imunidades.....	96
6.1. Imunidades diplomáticas .....	96
6.2. Imunidades parlamentares.....	96
6.3. Imunidade material.....	97
6.4. Imunidade processual .....	99
6.5. Imunidade prisional .....	100
6.6. Do foro especial por prerrogativa de função.....	100
6.7. Prerrogativa de foro de outras autoridades .....	102
6.8. Imunidade para servir como testemunha .....	103
6.9. Imunidades parlamentares e estado de sítio .....	103
6.10. Vigência e retroatividade da EC n. 35/2001.....	103
6.11. Imunidade penal temporária do presidente da República....	103
Jurisprudência .....	104
Questões.....	105

7	Interpretação da lei processual penal .....	106
7.1.	Conceito .....	106
7.2.	Espécies.....	106
7.3.	Interpretação da norma processual.....	107
7.4.	Formas de procedimento interpretativo .....	107
	Questões.....	107
8.	Analogia.....	108
8.1.	Conceito .....	108
8.2.	Fundamento .....	108
8.3.	Natureza jurídica .....	108
8.4.	Distinção.....	108
8.5.	Espécies.....	109
8.6.	Norma processual.....	109
	Jurisprudência .....	109
	Questões.....	110
9.	Fontes do direito processual penal.....	111
9.1.	Conceito .....	111
9.2.	Espécies.....	111
9.3.	Fonte de produção .....	111
9.4.	Fonte formal.....	111
9.5.	Costume .....	112
9.6.	Princípios gerais do direito .....	112
9.7.	Lei processual .....	112
	Questões.....	112
10.	Inquérito policial.....	113
10.1.	Conceito .....	113
10.2.	Polícia judiciária .....	113
10.3.	Competência e atribuição .....	114
	Jurisprudência .....	116
10.4.	Finalidade .....	117
10.5.	Inquéritos extrapoliciais.....	117
	Jurisprudência .....	118
10.6.	Características.....	119
10.6.1.	Procedimento escrito.....	119

10.6.2. Sigiloso .....	119
10.6.3. Oficialidade .....	120
10.6.4. Oficiosidade .....	120
10.6.5. Autoritariedade .....	121
10.6.6. Indisponibilidade.....	121
10.6.7. Inquisitivo .....	121
Jurisprudência .....	121
10.7. Valor probatório .....	122
Jurisprudência .....	122
10.8. Vícios .....	124
Jurisprudência .....	124
10.9. Juizados especiais (Lei n. 9.099/95).....	124
10.10. Dispensabilidade .....	125
Jurisprudência .....	125
10.11. Incomunicabilidade .....	126
10.12. Notitia criminis .....	126
10.13. Início do inquérito policial .....	127
10.13.1. Crime de ação penal pública incondicionada (CPP, art. 5º, I e II, §§ 1º, 2º e 3º).....	127
10.13.2. Crime de ação penal pública condicionada (CPP, art. 5º, § 4º) .....	129
10.13.3. Crime de ação penal privada (CPP, art. 5º, § 5º) ...	130
10.14. Peças inaugurais do inquérito policial .....	131
Jurisprudência .....	131
10.15. Providências .....	134
10.16. Indiciamento .....	139
Jurisprudência .....	143
10.17. Encerramento .....	146
10.18. Prazo .....	147
10.19. Prazos especiais.....	149
10.20. Contagem do prazo.....	150
Jurisprudência .....	150
10.21. Arquivamento .....	151
10.22. Investigações criminais presididas diretamente pelo repre- sentante do Ministério Público .....	153
Jurisprudência .....	157
10.23. Investigação do crime de tráfico de pessoas .....	162
Questões.....	165
11. Ação penal.....	166
11.1. Conceito .....	166

11.2. Características.....	166
11.3. Espécies de ação penal no direito brasileiro.....	166
11.4. As condições da ação penal.....	168
11.4.1. Possibilidade jurídica do pedido.....	168
11.4.2. Interesse de agir .....	169
11.4.3. Legitimação para agir .....	169
11.5. Ação penal pública incondicionada: titularidade e princípios	170
11.5.1. Titularidade .....	170
11.5.2. Princípio da obrigatoriedade .....	171
11.5.3. Princípio da indisponibilidade .....	172
11.5.4. Princípio da oficialidade.....	172
11.5.5. Princípio da autoritariedade .....	173
11.5.6. Princípio da oficiosidade .....	173
11.5.7. Princípio da indivisibilidade .....	173
11.5.8. Princípio da intranscendência.....	174
11.5.9. Princípio da suficiência da ação penal.....	174
11.6. Ação penal pública condicionada .....	175
11.6.1. Conceito.....	175
11.6.2. Ação penal pública condicionada à representação....	175
11.6.3. Crimes cuja ação depende de representação da vítima ou de seu representante legal.....	176
11.6.4. Natureza jurídica da representação .....	176
11.6.5. Titular do direito de representação.....	177
11.6.6. Prazo.....	178
11.6.7. Forma .....	180
11.6.8. Destinatário .....	181
11.6.9. Irretratabilidade .....	182
11.6.10. Não vinculação.....	183
11.6.11. Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça .....	183
11.6.12. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	184
11.6.12.1. Regra: a ação será pública condicionada à representação do ofendido, incluído o estupro cometido com violência real ..	184
11.6.12.2. Superação da Súmula 608 do STF.....	184
11.6.12.3. Casos excepcionais de ação penal pública incondicionada.....	185
11.6.13. Ação penal nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher – Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006 .....	186
Jurisprudência .....	187



11.7. Ação penal privada: conceito, fundamento e princípios.....	188
11.7.1. Conceito.....	188
11.7.2. Fundamento.....	188
11.7.3. Titular.....	189
11.7.4. Princípio da oportunidade ou conveniência.....	190
11.7.5. Princípio da disponibilidade .....	190
11.7.6. Princípio da indivisibilidade .....	190
11.7.7. Princípio da intranscendência.....	191
11.8. Ação penal privada: espécies .....	191
11.8.1. Exclusivamente privada, ou propriamente dita .....	191
11.8.2. Ação privada personalíssima .....	191
11.8.3. Subsidiária da pública .....	192
11.8.4. Ação penal secundária.....	193
11.9. Crimes de ação penal privada no Código Penal .....	193
11.10. Prazo da ação penal privada .....	194
11.11. Distinção entre prazo penal e prazo processual.....	196
Jurisprudência .....	197
11.12. Taxa judiciária na ação penal privada.....	198
Questões.....	198
12. Denúncia e queixa .....	199
12.1. Conceito .....	199
12.2. Requisitos: art. 41 do Código de Processo Penal.....	199
Jurisprudência .....	204
12.3. Omissões.....	207
12.4. Prazo para a denúncia (CPP, art. 46) .....	208
12.5. Prazo para a queixa (CPP, art. 38).....	208
12.6. Aditamento da queixa .....	208
12.7. Rejeição da denúncia ou queixa: art. 395 do CPP .....	209
12.7.1. Inépcia da denúncia ou queixa .....	210
12.7.2. Ausência de pressuposto processual .....	210
12.7.3. Ausência de condição para o exercício da ação penal	210
12.7.4. Ausência de justa causa para o exercício da ação penal	212
12.8. Fundamentação no recebimento .....	212
12.9. Recurso .....	213
12.10. Absolvição sumária.....	214
12.11. Rejeição posterior da denúncia recebida .....	214
Jurisprudência .....	215
Questões.....	217

13. Ação civil <i>ex delicto</i> .....	218
Questões .....	223
14. Sujeitos processuais.....	224
14.1. Juiz penal.....	225
14.2. Prerrogativas e vedações.....	227
14.3. Ministério Público .....	228
14.4. Prerrogativas e vedações.....	229
14.5. Princípios – art. 127, § 1º, da Constituição Federal .....	230
14.5.1. Unidade e indivisibilidade.....	230
14.5.2. Independência .....	230
14.5.3. Autonomia funcional e administrativa (art. 127, § 2º, da CF/88) .....	231
14.6. Querelante .....	231
14.7. Acusado .....	231
14.8. Identificação .....	233
14.9. Presença, direito ao silêncio e revelia.....	234
14.10. Outras garantias fundamentais .....	236
14.11. Defensor .....	237
14.12. Defensor constituído.....	239
14.13. Defensor dativo .....	240
14.14. Curador.....	241
14.15. Assistente.....	241
14.16. Ministério Público e ação penal privada .....	242
14.17. Funções do assistente: natureza jurídica .....	245
14.18. Admissão .....	248
14.19. Atividades do assistente .....	249
14.20. Prazo para interpor recurso .....	253
Jurisprudência .....	254
Questões.....	255
15. Competência.....	256
15.1. Conceito de jurisdição.....	256
15.2. Origem etimológica da palavra “jurisdição” .....	257
15.3. Princípios da jurisdição .....	257
15.4. Características da jurisdição .....	257
15.5. Competência .....	258
15.6. Conceito de competência.....	258
15.7. Espécies de competência .....	258
15.8. Como saber qual o juízo competente? .....	259
15.9. Outros critérios para saber qual o juiz competente .....	276

15.10. Diferença entre competência material e competência funcional.....	277
15.11. Competência absoluta e relativa.....	278
15.12. Prorrogação de competência necessária e voluntária.....	278
15.13. Delegação de competência.....	279
15.14. Competência <i>ratione materiae</i> na Constituição Federal.....	279
15.15. Competência pelo lugar da infração: teoria adotada e regras especiais.....	280
15.16. Competência pelo domicílio ou residência do réu.....	282
15.17. Competência pela natureza da infração.....	282
15.17.1. Federalização das causas relativas a direitos humanos. Do incidente de deslocamento de competência (EC n. 45/2004).....	289
15.17.2. Do Tribunal Penal Internacional. Competência para julgar genocídio, crimes de guerra, contra a humanidade e de agressão (EC n. 45/2004).....	291
15.18. Competência por distribuição.....	292
15.19. Competência por conexão.....	292
15.19.1. Espécies de conexão.....	292
15.20. Competência por continência.....	293
15.21. Foro prevalente.....	294
15.22. Separação de processos.....	296
15.23. Competência por prevenção.....	297
15.24. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i> .....	298
Jurisprudência.....	299
Questões.....	305
16. Prisão.....	306
16.1. Introdução.....	306
16.1.1. Finalidade das novas regras da prisão provisória.....	306
16.1.2. Prisão provisória: imprescindibilidade.....	306
16.1.3. Hipóteses de prisão provisória: ser preso e permanecer preso.....	306
16.1.4. Caráter excepcional da prisão preventiva: restrição de hipóteses para seu cabimento e natureza subsidiária como providência cautelar.....	307
16.1.5. Revisão obrigatória de todos os casos de prisão provisória.....	307
16.1.6. Modificações operadas no instituto da fiança.....	308
16.1.7. Aplicação da lei processual penal no tempo.....	308
16.2. Conceito.....	308

16.3. Espécies de prisão .....	309
16.4. Mandado de prisão .....	313
16.5. Prisão em domicílio.....	314
16.6. Prisão em perseguição .....	315
16.7. Prisão fora do território do juiz .....	315
16.8. Custódia.....	315
16.9. Uso de algemas .....	316
16.10. Prisão especial.....	320
16.11. Prisão provisória domiciliar .....	322
16.12. Prisão em flagrante .....	322
16.12.1. Espécies de flagrante.....	322
16.12.2. Flagrante nas várias espécies de crimes.....	326
16.12.3. Sujeitos do flagrante.....	327
16.12.4. Auto de prisão em flagrante.....	329
16.12.5. Modificações operadas pela Lei n. 12.403/2011: reflexos na prisão em flagrante .....	334
16.12.6. Relaxamento da prisão em flagrante pela própria autoridade policial .....	335
16.12.7. Prisão em flagrante por apresentação espontânea ....	336
16.12.8. Audiência de custódia.....	337
16.13. Prisão preventiva .....	339
16.13.1. Conceito.....	339
16.13.2. Natureza.....	339
16.13.3. Presunção da inocência e prisão cautelar.....	340
16.13.4. Pressupostos para a prisão preventiva: <i>fumus boni iuris</i>	340
16.13.5. Requisitos para a prisão preventiva: <i>periculum in mora</i>	341
16.13.6. Hipóteses de cabimento da prisão preventiva.....	342
16.13.7. Momento para a decretação da prisão preventiva ....	343
16.13.8. Recurso contra a decisão que decretar a prisão preventiva.....	344
16.13.9. Modalidades de prisão preventiva: autônoma; transformada ou convertida; e substitutiva ou subsidiária	344
16.13.10. Prisão preventiva domiciliar .....	346
16.13.11. Prisão preventiva, medidas cautelares e detração penal .....	348
16.13.12. Prazo para conclusão do inquérito policial no caso de indiciado preso .....	349
16.13.12.1. Termo inicial do prazo na hipótese de conversão do flagrante em preventiva	349
16.13.13. Conversão do flagrante em prisão preventiva, sem oferecimento da denúncia: possibilidade .....	350

16.13.14. Fundamentação .....	351
16.13.15. Revogação .....	351
16.13.16. Momentos processuais em que a prisão preventiva deverá ser necessariamente revista.....	351
16.14. Prisão temporária .....	352
16.15. Medidas cautelares .....	355
16.15.1. Pressupostos constitucionais: necessidade e ade- quação.....	355
16.15.2. Caráter subsidiário da preventiva: preponderância das medidas cautelares alternativas.....	357
16.15.3. Rol de medidas cautelares.....	357
16.15.4. Necessidade e adequação para as medidas caute- lares alternativas .....	358
16.15.5. Ressalvas legais.....	359
16.15.6. Decretação das medidas cautelares .....	359
16.15.7. Contraditório .....	360
16.15.8. Descumprimento das obrigações impostas: prisão preventiva é a <i>ultima ratio</i> .....	360
16.16. Liberdade provisória.....	360
16.16.1. Conceito.....	360
16.16.2. Espécies .....	361
16.16.3. Liberdade provisória sem a necessidade de recolhi- mento de fiança .....	362
16.16.4. Competência para a concessão.....	362
16.16.5. Recurso.....	362
16.16.6. Liberdade provisória com fiança .....	363
16.16.6.1. A liberdade provisória como regra.....	363
16.16.6.2. Conceito de fiança criminal .....	363
16.16.6.3. Natureza cautelar .....	363
16.16.6.4. Momento para concessão da fiança.....	364
16.16.6.5. Modalidades de fiança .....	364
16.16.6.6. Arbitramento da fiança: critérios para a concessão.....	364
16.16.6.7. Dispensa do pagamento em razão da situação econômica.....	364
16.16.6.8. Reforço da fiança.....	364
16.16.6.9. Obrigações processuais decorrentes da fiança.....	365
16.16.6.10. Momento e competência para a sua con- cessão.....	365
16.16.6.11. Prática de mais de um crime passível de fiança.....	365

16.16.6.12. Delito afiançável e existência de motivo para decretação da prisão preventiva ..	365
16.16.6.13. Quebramento da fiança .....	366
16.16.6.13.1. Efeitos do quebramento da fiança	366
16.16.6.14. Perdimento da fiança .....	366
16.16.6.15. Cassação da fiança .....	366
16.16.6.16. Infrações inafiançáveis .....	366
Jurisprudência .....	367
Questões .....	370
17. Prova .....	371
17.1. Conceito e objetivo .....	371
17.2. Objeto .....	371
17.2.1. Fatos que independem de prova .....	372
17.2.2. Fatos que dependem de prova .....	373
17.2.3. Prova do direito .....	373
17.3. Prova proibida .....	374
17.3.1. Conceito .....	374
17.3.2. Provas ilícitas por derivação e a teoria dos “frutos da árvore envenenada” ( <i>fruits of the poisonous tree</i> ). Princípio da proporcionalidade .....	376
17.3.3. Provas ilícitas e a Lei n. 11.690/2008 .....	382
17.3.4. Provas ilícitas e a inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicação por carta e telegráfica .....	386
17.3.5. Provas ilícitas e a inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicações telefônicas .....	387
17.3.6. Inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicações telefônicas. Interceptação. Requisitos legais constantes da Lei n. 9.296/96 .....	396
17.3.7. Provas ilícitas e a quebra do sigilo bancário e fiscal .	404
17.4. Classificação das provas .....	406
17.5. Meios de prova .....	407
17.6. Ônus da prova .....	409
17.6.1. Procedimento probatório .....	410
17.6.2. Prova emprestada .....	411
17.6.3. O álubi .....	411
17.7. Sistemas de apreciação .....	412
17.8. Princípios gerais das provas .....	413
17.9. A providência cautelar da busca e apreensão .....	414
17.9.1. Natureza jurídica .....	414
17.9.2. Objeto .....	414

17.9.3. Busca em repartição pública .....	415
17.9.4. Busca domiciliar .....	415
17.9.4.1. Restrição .....	417
17.9.4.2. Horário .....	417
17.9.4.3. Requisitos .....	417
17.9.5. Busca pessoal.....	417
17.9.5.1. Requisitos .....	417
17.9.5.2. Restrições.....	417
17.9.6. Da apreensão .....	417
17.10. Das perícias.....	418
17.10.1. Conceito .....	418
17.10.1.1. Natureza jurídica.....	418
17.10.1.2. Requisitos .....	418
17.10.1.3. Determinação das perícias.....	419
17.10.1.4. Espécies de perícias .....	419
17.10.1.5. Do procedimento da perícia .....	420
17.10.1.6. Laudo pericial.....	421
17.10.2. Do exame de corpo de delito .....	421
17.10.2.1. Conceito .....	421
17.10.2.2. Distinção entre corpo de delito e exame de corpo de delito .....	422
17.10.2.3. Distinção entre exame de corpo de de- lito direto e indireto .....	422
17.10.2.4. Indispensabilidade do exame de corpo de delito.....	422
17.10.2.5. Impossibilidade do exame de corpo de delito direto em infração que deixa ves- tígio .....	422
17.10.2.6. Espécies .....	423
17.10.3. Perito .....	423
17.10.3.1. Conceito .....	423
17.10.3.2. Espécies .....	424
17.10.3.3. Impedimentos .....	424
17.10.4. Perícia psiquiátrica .....	424
17.10.5. Questões polêmicas.....	424
17.11. Interrogatório .....	426
17.11.1. Conceito .....	426
17.11.2. Natureza .....	426
17.11.3. Alterações promovidas pela Lei n. 11.719/2008 ...	429
17.11.4. Características .....	430
17.11.5. Ausência de interrogatório no curso da ação .....	433
17.11.6. Princípio da identidade física do juiz .....	433

17.11.7.	Interrogatório por videoconferência.....	435
17.11.8.	Silêncio e mentira do réu .....	439
17.11.9.	Espécies de interrogatório .....	440
17.11.10.	Revel .....	440
17.11.11.	O conteúdo do interrogatório .....	441
17.12.	Confissão. Conceito. Fatores determinantes.....	442
17.12.1.	Espécies de confissão.....	442
17.12.2.	Valor probante da confissão .....	443
17.12.3.	Características da confissão (CPP, art. 200).....	443
17.12.4.	Confissão ficta .....	444
17.12.5.	Delação .....	444
Jurisprudência	.....	444
17.13.	Prova testemunhal ou testemunha .....	445
17.13.1.	Conceito .....	445
17.13.2.	Características da prova testemunhal.....	445
17.13.3.	Características das testemunhas .....	446
17.13.4.	Dispensas e proibições.....	447
17.13.5.	Testemunha suspeita. Conceito e distinções .....	448
17.13.6.	Causas de suspeição.....	448
17.13.7.	Contradita.....	449
17.13.8.	Número de testemunhas .....	449
17.13.9.	Classificação das testemunhas .....	449
17.13.10.	Deveres da testemunha .....	450
17.13.11.	Procedimento .....	451
17.13.12.	Termo .....	453
17.13.13.	Sistema de exame judicial .....	453
17.13.14.	Depoimento infantil .....	454
17.13.15.	Testemunho de policiais .....	454
17.13.16.	Incomunicabilidade.....	454
17.13.17.	Falso testemunho (art. 342 do CP) .....	455
17.13.18.	Lugar do depoimento .....	456
17.13.19.	Precatórias .....	456
17.13.20.	Militares e funcionários .....	458
17.13.21.	Ofendido .....	458
17.13.22.	Questões polêmicas .....	460
17.14.	Reconhecimento de pessoas e coisas (arts. 226 a 228).....	461
17.14.1.	Definição e elementos .....	461
17.14.2.	Natureza jurídica .....	461
17.14.3.	Reconhecimento de pessoas .....	461
17.14.4.	Reconhecimento de coisas .....	463
17.15.	Acareação. Pressupostos .....	463



17.16. Documentos .....	464
17.16.1. Conceito legal .....	464
17.16.2. Função do documento.....	465
17.16.3. Produção.....	465
17.16.4. Limitação da produção de prova documental .....	465
17.16.5. Autor do documento .....	465
17.16.6. Meio de formação do documento .....	466
17.16.7. Conteúdo do documento .....	466
17.16.8. Autenticidade.....	467
17.16.9. Classificação geral dos documentos.....	467
17.16.10. Documento e instrumento.....	468
17.16.11. Instrumento público. Classificação. Eficácia .....	468
17.16.12. Instrumento particular.....	470
17.16.13. Força probante dos documentos particulares assi- nados.....	470
17.16.13.1. Da autenticidade dos documentos par- ticulares e seus efeitos.....	470
17.16.13.2. Prova da data dos documentos particu- lares .....	471
17.16.14. Força probante do telegrama, radiograma e outros meios de transmissão.....	471
17.16.15. Força probante das reproduções mecânicas.....	471
17.16.16. Força probante dos documentos não assinados....	471
17.16.17. Originais e cópias .....	472
17.16.18. Admissão de documento .....	473
17.16.19. Desentranhamento de documentos.....	473
17.16.20. Vícios dos documentos.....	474
17.16.21. Falsidade e incidente .....	474
17.17. Indícios e presunções .....	475
17.17.1. Definições .....	475
17.17.2. Natureza jurídica .....	475
17.17.3. Valor probante .....	475
17.18. Prova de fora da terra .....	476
17.19. Prova antecipada .....	476
17.20. Prova emprestada .....	476
17.21. Delação. Definição, natureza e valor.....	477
Jurisprudência .....	478
Questões.....	480
18. Das questões e processos incidentes.....	481
18.1. Compreensão do tema .....	481

18.1.1.	Definição de prejudicialidade.....	482
18.1.2.	Elementos essenciais da prejudicialidade.....	482
18.1.3.	Classificação.....	482
18.1.4.	Sistemas de solução.....	485
18.1.5.	Prejudicial e prescrição .....	485
18.1.6.	Efeito .....	485
18.1.7.	Recurso contra despacho que suspende a ação .....	485
18.1.8.	Diferença entre questão prejudicial e questão preliminar .....	486
18.2.	As exceções .....	486
18.2.1.	Conceito .....	486
18.2.2.	Compreensão do tema.....	487
18.2.3.	Espécies .....	487
18.2.4.	Classificação tradicional .....	487
18.2.5.	Suspeição .....	488
18.2.5.1.	Processamento.....	489
18.2.5.2.	Requisitos da exceção .....	490
18.2.5.3.	Procedimento perante o juiz suspeito.....	490
18.2.5.4.	Procedimento perante o tribunal.....	491
18.2.5.5.	Contra quem pode ser alegada a suspeição?	491
18.2.5.6.	Cabe exceção de suspeição contra autoridades policiais? .....	492
18.2.5.7.	Efeitos da suspeição .....	492
18.2.5.8.	Existe recurso contra reconhecimento espontâneo de suspeição?.....	492
18.2.6.	Incompetência de juízo. Procedimento .....	492
18.2.7.	Litispendência.....	494
18.2.7.1.	Elementos que identificam a demanda, impedindo a litispendência .....	494
18.2.7.2.	Recursos.....	494
18.2.8.	Ilegitimidade de parte.....	495
18.2.8.1.	Ilegitimidade <i>ad processum</i> ou <i>ad causam</i> .	495
18.2.8.2.	Efeitos do reconhecimento.....	496
18.2.8.3.	Recursos.....	496
18.2.8.4.	Procedimento .....	496
18.2.9.	Coisa julgada.....	496
18.2.9.1.	Distinção entre coisa julgada formal e coisa julgada material.....	496
18.2.9.2.	História .....	497
18.2.9.3.	Teorias .....	498
18.2.9.4.	Função.....	499

18.2.9.5. Natureza jurídica .....	499
18.2.9.6. Cabimento da exceção de coisa julgada ..	500
18.2.9.7. Rito .....	501
18.2.9.8. Fases.....	501
18.2.9.9. A coisa julgada no crime continuado e no concurso de agentes.....	501
18.2.10. Impedimentos do Ministério Público e órgãos auxi- liares.....	501
18.2.11. Conflito de jurisdição.....	502
18.2.11.1. Conceito e espécies.....	502
18.2.11.2. Conflito de atribuições .....	502
18.2.11.3. Processamento.....	503
18.2.11.4. Competência para julgar .....	504
Jurisprudência .....	504
18.2.12. Restituição de coisas apreendidas.....	507
18.2.12.1. Restituição: objetos restituíveis, oportu- nidade, procedimento .....	508
18.2.12.2. Coisas restituíveis e não restituíveis. Instrumentos do crime .....	508
18.2.12.3. Apreensão na hipótese do art. 19 da LCP..	509
18.2.12.4. Produtos diretos e indiretos do crime ....	510
18.2.12.5. Restituição feita pela autoridade policial ..	511
18.2.12.6. Restituição feita pelo juiz criminal.....	511
18.2.12.7. Direito de terceiro de boa-fé .....	512
18.2.12.8. Restituição de coisas facilmente deterio- ráveis.....	512
18.2.12.9. Coisas adquiridas com os proventos do crime.....	513
18.2.12.10. Destino dos objetos apreendidos .....	514
18.2.12.11. Coisas apreendidas em face de descami- nho ou contrabando.....	516
18.2.12.12. E quando o instrumento do crime for arma de fogo? .....	517
18.2.12.13. Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006) .....	519
18.2.13. Medidas assecuratórias .....	523
18.2.13.1. Considerações iniciais.....	523
18.2.13.1.1. O papel da vítima .....	523
18.2.13.1.2. O processo reparatório.....	523
18.2.13.2. Medidas assecuratórias.....	524
18.2.13.2.1. O sequestro previsto nos arts. 125 e 132 do CPP .....	525
18.2.13.2.2. Requisitos para o sequestro .....	526

18.2.13.2.3. Competência.....	526
18.2.13.2.4. Recurso.....	527
18.2.13.2.5. Procedimento.....	527
18.2.13.2.6. Embargos ao sequestro .....	527
18.2.13.2.7. Competência para julgar os em- bargos.....	527
18.2.13.2.8. Levantamento do sequestro .....	527
18.2.13.2.9. Leilão e depósito .....	528
18.2.13.3. Hipoteca legal.....	528
18.2.13.3.1. Classificação.....	529
18.2.13.3.2. Oportunidade .....	529
18.2.13.3.3. Pressupostos.....	529
18.2.13.3.4. Finalidades.....	530
18.2.13.3.5. Liquidação.....	530
18.2.13.4. O arresto previsto no art. 137 do CPP .	530
18.2.13.4.1. Oportunidade .....	531
18.2.13.4.2. Pressupostos .....	531
18.2.13.5. Relação das medidas confiscatórias no processo penal e dispositivos correlatos do direito penal.....	531
18.2.14. Incidente de falsidade .....	532
18.2.14.1. Processamento.....	532
18.2.14.2. Efeitos .....	533
18.2.15. Incidente de insanidade mental do acusado. Pro- cedimento .....	533
Jurisprudência .....	534
Questões.....	535
<b>19. Sentença .....</b>	<b>536</b>
19.1. Breve histórico.....	536
19.2. Natureza jurídica .....	537
19.3. Classificação das decisões.....	537
19.4. Conceito de sentença em sentido estrito.....	538
19.4.1. Classificação das sentenças em sentido estrito .....	538
19.4.2. Requisitos formais da sentença.....	539
19.4.3. Sentença suicida.....	540
19.4.4. Embargos declaratórios.....	540
19.4.4.1. Requisitos para a oposição dos embarguinhos ..	541
19.4.5. Efeitos da sentença.....	541
19.4.6. Princípio da correlação .....	542
19.4.7. <i>Emendatio libelli</i> .....	542

19.4.8. <i>Mutatio libelli</i> .....	543
19.4.8.1. <i>Mutatio libelli</i> após a Lei n. 11.719/2008 .....	544
19.5. Sentença absolutória .....	546
19.5.1. Efeitos da sentença absolutória .....	547
19.6. Sentença condenatória .....	548
19.6.1. Efeitos da sentença condenatória .....	548
19.6.2. Publicação .....	550
19.6.3. Inalterabilidade ou retificação da sentença .....	550
19.6.4. Intimação da sentença (arts. 390 a 392 do CPP) .....	550
19.6.5. Taxa judiciária .....	552
19.6.6. Detração penal na sentença penal condenatória .....	552
19.7. Crise da instância .....	554
Jurisprudência .....	554
Questões .....	556
<b>20. Dos processos em espécie</b> .....	<b>557</b>
20.1. Processo e procedimento .....	557
20.1.1. Definição de processo .....	557
20.1.2. Sistemas processuais .....	557
20.1.3. Características do sistema acusatório .....	557
20.1.4. Pressupostos de existência da relação processual .....	558
20.1.5. Pressupostos de validade da relação processual .....	558
20.1.6. Distinção entre processo e procedimento .....	558
20.1.7. Da reformulação dos procedimentos operada pelas Leis n. 11.689/2008 e 11.719/2008 .....	558
20.1.7.1. Noções introdutórias .....	558
20.1.7.2. Procedimento comum. Âmbito de incidência .....	560
20.2. Procedimento ordinário .....	562
20.2.1. Início da instrução .....	563
20.2.1.1. Defesa inicial e absolvição sumária .....	563
20.2.2. Audiência de instrução e julgamento .....	568
20.3. Procedimento sumário .....	573
20.3.1. Introdução .....	573
20.3.1.1. Procedimento judicialiforme foi revogado .....	574
20.3.1.2. Procedimentos <i>ex officio</i> instaurados antes da Constituição Federal de 1988 .....	574
20.3.1.3. Rito procedimental .....	574
20.4. Da citação .....	578
20.4.1. Conceito .....	578
20.4.2. Quem determina a citação .....	578
20.4.3. Falta de citação .....	578

20.4.4.	Hipóteses de conhecimento da imputação antes mesmo da citação .....	579
20.4.5.	Efeitos da citação válida.....	580
20.4.6.	Consequências do não atendimento à citação .....	580
20.4.7.	Classificação.....	581
20.4.8.	Da citação por mandado.....	581
20.4.8.1.	Requisitos intrínsecos da citação por mandado	581
20.4.8.2.	Requisitos extrínsecos da citação por mandado	582
20.4.8.3.	Dia e hora da citação .....	582
20.4.9.	Citação por carta precatória .....	582
20.4.9.1.	Requisitos intrínsecos da citação por carta precatória .....	583
20.4.9.2.	Caráter itinerante da carta precatória .....	583
20.4.9.3.	Interrogatório por carta precatória.....	583
20.4.10.	Citação do militar .....	583
20.4.11.	Citação do preso.....	584
20.4.12.	Citação do funcionário público.....	584
20.4.13.	Réu no estrangeiro .....	585
20.4.14.	Citação por carta de ordem .....	585
20.4.15.	Citação por edital.....	586
20.4.15.1.	Pressuposto da citação por edital .....	586
20.4.15.2.	Hipóteses legais de citação por edital .....	586
20.4.15.3.	Prazo do edital.....	586
20.4.15.4.	Requisitos da citação por edital.....	588
20.4.15.5.	Formalidades extrínsecas à citação por edital..	588
20.4.16.	“Citação circunduta” .....	589
20.4.17.	Inovações introduzidas pela Lei n. 9.271/96.....	589
20.4.17.1.	Principais questões decorrentes da atual lei .....	590
20.5.	Intimação .....	594
20.5.1.	Definição.....	594
20.5.2.	Distinção entre intimação e notificação .....	594
20.5.3.	Regra geral.....	594
20.5.4.	Publicação .....	594
20.5.5.	Regras especiais .....	595
Jurisprudência .....		598
20.6.	Procedimento sumaríssimo (Leis n. 9.099/95 e 10.259/2001)	602
20.6.1.	Introdução.....	602
20.6.2.	Âmbito de incidência: alteração do conceito de menor potencial ofensivo .....	604
20.6.3.	Regras especiais.....	604
20.6.4.	Procedimento sumaríssimo .....	611

20.6.4.1.	Fase preliminar e transação penal .....	611
20.6.4.2.	Fase processual .....	618
20.6.4.3.	Suspensão condicional do processo.....	624
20.6.5.	Questões finais .....	627
20.6.5.1.	Suspensão condicional do processo.....	627
20.6.5.2.	Representação do ofendido .....	629
20.6.5.3.	Desclassificação para infração de menor potencial ofensivo.....	630
20.6.5.4.	Descumprimento da pena restritiva de direitos na transação penal.....	630
20.6.5.5.	Não pagamento da pena de multa na transação penal .....	630
20.6.5.6.	Da violência doméstica e familiar contra a mulher e da Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	631
20.7.	Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal .....	635
20.7.1.	Procedimento dos crimes falimentares.....	635
20.7.1.1.	Inquérito judicial .....	636
20.7.1.2.	Recebimento da denúncia. Motivação.	636
20.7.1.3.	Competência .....	636
20.7.1.4.	Rito .....	637
20.7.1.5.	Natureza jurídica da sentença que decreta a falência, concede a recuperação judicial ou extrajudicial .....	637
20.7.1.6.	Cientificação do MP e prazo para a propositura da ação penal .....	638
20.7.1.7.	Relatório .....	638
20.7.1.8.	Ação penal.....	638
20.7.1.9.	Efeitos da condenação.....	639
20.7.1.10.	Prescrição .....	639
20.7.2.	Procedimento dos crimes contra a honra.....	639
20.7.2.1.	Introdução.....	639
20.7.2.2.	Procedimento.....	641
20.7.2.3.	Do pedido de explicações. Procedimento	644
20.7.3.	Procedimento dos crimes funcionais .....	645
20.7.3.1.	Introdução.....	645
20.7.3.2.	Procedimento .....	645
20.7.4.	Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial .....	646
20.7.4.1.	Introdução.....	646
Jurisprudência .....		648

20.8.	Procedimento de competência do Júri popular .....	650
20.8.1.	Breve histórico.....	650
20.8.2.	Organização do Júri .....	652
20.8.3.	Soberania dos veredictos .....	654
20.8.4.	Rito escalonado .....	654
20.8.4.1.	<i>Judicium accusationis</i> .....	654
20.8.4.2.	<i>Judicium causae</i> .....	662
20.8.4.2.1.	Libelo: extinção pela Lei n. 11.689/2008 .....	662
20.8.4.2.2.	Desaforamento.....	663
20.8.4.2.3.	Instalação da sessão .....	664
20.8.4.2.4.	Formação do conselho de sentença	666
20.8.4.2.5.	Atos instrutórios .....	667
20.8.4.2.6.	Debates.....	668
20.8.4.2.7.	Provas novas .....	669
20.8.4.2.8.	Formulação dos quesitos.....	670
20.8.4.2.9.	Votação .....	672
20.8.4.2.10.	Sentença.....	673
20.8.4.2.11.	Ata do julgamento .....	673
20.8.4.2.12.	Atribuições do juiz-presidente....	673
20.8.5.	Questões finais específicas sobre Júri .....	674
20.8.5.1.	Exame de insanidade mental.....	674
20.8.5.2.	Conferência da urna .....	674
20.8.5.3.	Número mínimo de jurados .....	674
20.8.5.4.	Momento de arguir as nulidades .....	675
20.8.5.5.	Autor principal e partícipe.....	675
20.8.5.6.	Incomunicabilidade entre jurados.....	675
20.8.5.7.	Juiz togado que abandona plenário ....	675
20.8.5.8.	Recusa ou aceitação de jurados.....	675
20.8.5.9.	Compromisso dos jurados .....	675
20.8.5.10.	Interrogatório. Nulidades.....	675
20.8.5.11.	Cópias aos jurados .....	676
20.8.5.12.	Testemunhas .....	676
20.8.5.13.	Testemunhas. Pergunta direta .....	676
20.8.5.14.	Acareação .....	677
20.8.5.15.	Dispensa de testemunhas .....	677
20.8.5.16.	Testemunhas residentes fora da comarca	677
20.8.5.17.	Testemunha que não comparece .....	678
20.8.5.18.	Depoimento pessoal.....	678
20.8.5.19.	Debates.....	678
20.8.5.20.	Réplica e tréplica .....	678
20.8.5.21.	Apartes .....	678



20.8.5.22. Intervenção dos jurados.....	679
20.8.5.23. Reinquirição de testemunha.....	679
20.8.5.24. Dissolução do conselho.....	679
20.8.5.25. Esclarecimento do juiz aos jurados na hora de votar.....	679
20.8.5.26. Leitura dos quesitos.....	679
20.8.5.27. Sala secreta.....	679
20.8.5.28. Contradição nas respostas.....	680
20.8.5.29. Desclassificação pelo Júri.....	681
20.8.5.30. Desclassificação e crimes conexos.....	681
20.8.5.31. Algemas no réu durante o julgamento.....	682
20.8.5.32. Formulação de questões na antiga sistemática do Código de Processo Penal.....	682
20.9. Procedimento criminal dos crimes de drogas.....	683
20.9.1. Lei n. 11.343/2006.....	683
20.9.2. Procedimento esquemático.....	684
20.9.2.1. Na polícia.....	684
20.9.2.2. Em juízo.....	685
20.10. Da informatização do processo judicial (Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006).....	688
Jurisprudência.....	690
Questões.....	695
<b>21. Nulidades.....</b>	<b>696</b>
21.1. Quadro comparativo dos vícios processuais.....	699
21.2. Princípios básicos das nulidades.....	702
21.2.1. Princípio do prejuízo.....	702
21.2.2. Princípio da instrumentalidade das formas ou da economia processual.....	703
21.2.3. Princípio da causalidade ou da sequencialidade.....	703
21.2.4. Princípio do interesse.....	704
21.2.5. Princípio da convalidação.....	704
21.2.6. Princípio da não preclusão e do pronunciamento <i>ex officio</i> .....	705
21.3. Nulidades em espécie.....	706
21.4. Momento oportuno para a arguição das nulidades relativas.....	735
Jurisprudência.....	737
Questões.....	739
<b>22. Recursos.....</b>	<b>740</b>
22.1. Conceito. Origem.....	740

22.2.	Fundamentos.....	741
22.3.	Pressupostos processuais .....	742
	22.3.1. Pressupostos objetivos.....	742
	22.3.2. Pressupostos subjetivos .....	752
22.4.	Interposição .....	755
22.5.	Efeitos .....	758
22.6.	Extinção .....	760
22.7.	Apelação .....	760
	22.7.1. Origem etimológica .....	760
	22.7.2. Conceito .....	760
	22.7.3. Características .....	760
	22.7.4. Apelação plena e limitada .....	761
	22.7.5. Legitimidade e interesse.....	764
	22.7.6. Apelação subsidiária do apelo oficial .....	765
	22.7.7. Prazo da apelação do assistente da acusação .....	766
	22.7.8. Renúncia e desistência .....	767
	22.7.9. Cabimento da apelação nas sentenças do juiz singular .....	768
	22.7.10. Apelação das decisões do Júri .....	769
	22.7.11. Prazo .....	771
	22.7.12. Processamento.....	773
	22.7.13. Liberdade provisória.....	775
	22.7.14. Apelação sumária .....	776
	22.7.15. Apelação ordinária .....	776
	22.7.16. Deserção .....	776
	22.7.17. Efeitos .....	776
	22.7.18. <i>Reformatio in pejus</i> .....	776
	22.7.19. <i>Reformatio in pejus</i> indireta.....	777
	22.7.20. <i>Reformatio in melius</i> .....	778
Jurisprudência .....		778
22.8.	Recurso em sentido estrito .....	780
	22.8.1. Conceito .....	780
	22.8.2. Cabimento .....	781
	22.8.3. Competência para o julgamento .....	793
	22.8.4. Prazos .....	793
	22.8.5. Processamento.....	793
	22.8.6. Efeitos .....	794
Jurisprudência .....		795
22.9.	Protesto por novo Júri .....	797
	22.9.1. Conceito .....	797
Jurisprudência .....		797

22.10. Carta testemunhável .....	798
22.10.1. Conceito .....	798
22.10.2. Origem histórica .....	799
22.10.3. Natureza jurídica .....	799
22.10.4. Procedimento .....	800
Jurisprudência .....	800
22.11. Correição parcial.....	801
22.11.1. Conceito .....	801
22.11.2. Natureza jurídica .....	801
22.11.3. Previsão legal .....	801
22.11.4. Legitimidade ativa .....	802
22.11.5. Objeto do recurso .....	802
22.11.6. Processamento .....	802
22.12. Embargos infringentes.....	803
22.12.1. Conceito .....	803
22.12.2. Prazo .....	803
22.12.3. Cabimento .....	803
22.12.4. Procedimento .....	804
Jurisprudência .....	805
22.13. Embargos declaratórios .....	806
22.13.1. Conceito .....	806
22.13.2. Natureza jurídica .....	806
22.13.3. Prazo .....	806
22.13.4. Pressupostos.....	807
22.13.5. Legitimidade .....	807
22.13.6. Embarguinhos .....	807
22.13.7. Efeito suspensivo .....	807
Jurisprudência .....	808
22.14. Revisão criminal .....	808
22.14.1. Conceito .....	808
22.14.2. Origem histórica .....	809
22.14.3. Natureza jurídica .....	810
22.14.4. Legitimidade.....	810
22.14.5. Prazo .....	811
22.14.6. Cabimento .....	811
22.14.7. Admissibilidade .....	813
22.14.8. Competência .....	813
22.14.9. Processamento .....	813
Jurisprudência .....	815
22.15. <i>Habeas corpus</i> .....	816
22.15.1. Origem histórica do <i>habeas corpus</i> no mundo ...	816

22.15.2. Origem do <i>habeas corpus</i> no Brasil .....	817
22.15.3. Conceito .....	819
22.15.4. Natureza jurídica .....	819
22.15.5. Espécies .....	819
22.15.6. Legitimidade ativa .....	819
22.15.7. Legitimidade passiva .....	820
22.15.8. Admissibilidade .....	820
22.15.9. Competência.....	823
22.15.10. Impetração.....	825
22.15.11. Processamento .....	826
22.15.12. Julgamento e efeitos .....	827
22.15.13. Recursos .....	827
Jurisprudência .....	827
22.16. Mandado de segurança em matéria criminal.....	830
22.16.1. Conceito .....	830
22.16.2. Admissibilidade .....	830
22.16.3. Legitimidade ativa .....	831
22.16.4. Legitimidade passiva .....	832
22.16.5. Competência.....	833
22.16.6. Procedimento .....	834
Jurisprudência .....	838
22.17. Recurso extraordinário .....	839
22.17.1. Conceito, natureza jurídica e finalidade .....	839
22.17.2. Condições de admissibilidade .....	841
22.17.2.1. Repercussão geral das questões constitu- cionais – EC n. 45/2004.....	845
22.17.3. Legitimidade.....	847
22.17.4. Interposição e processamento .....	848
22.17.4.1. Efeito suspensivo .....	850
22.17.5. Súmula vinculante .....	853
22.17.5.1. Jurisprudência e súmula. Distinção .....	853
22.17.5.2. Súmula vinculante. Previsão legal .....	853
22.17.5.3. Competência para aprovar a súmula vin- culante.....	854
22.17.5.4. Requisitos para aprovar, rever ou cancelar súmula vinculante .....	854
22.17.5.5. Publicação.....	854
22.17.5.6. Restrição dos efeitos da súmula vinculante.	854
22.17.5.7. Legitimados para provocar a aprovação, re- visão e cancelamento da súmula vinculante	855
22.17.5.8. Procedimento .....	855

22.17.5.9. Reclamação.....	855
22.17.5.10. Súmulas anteriores à EC n. 45/2004 .....	856
22.17.5.11. Súmulas vinculantes editadas em matéria criminal .....	856
Jurisprudência .....	858
22.18. Recurso especial.....	860
22.18.1. Conceito, finalidade e natureza jurídica.....	860
22.18.2. Condições de admissibilidade .....	862
Jurisprudência .....	864
22.19. Recurso ordinário constitucional .....	865
22.19.1. No Supremo Tribunal Federal .....	865
22.19.2. No Superior Tribunal de Justiça .....	866
22.19.3. Procedimento .....	866
Questões .....	866
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça .....	867
Súmulas do Supremo Tribunal Federal .....	875
Súmulas Vinculantes.....	881
<i>Bibliografia</i> .....	883